

## Opinião do GLOBO

## Planejar transição energética é a prioridade no G20

Na presidência do grupo, Brasil deve encarar financiamento a países pobres como missão

Na presidência rotativa do G20, o Brasil se incumbiu da missão de mobilizar o bloco com afinco para combater as mudanças climáticas. A necessidade mais premente é aumentar a contribuição financeira dos países ricos para que os mais pobres possam estruturar seus projetos de redução das emissões de gases de efeito estufa. É um campo em que, até agora, há mais discursos que recursos.

“É a discussão mais importante do ano”, afirma o embaixador André Azeiteiro Corrêa do Brasil nas COPs — as conferências de clima das Nações Unidas. O debate sobre o aporte financeiro a esses investimentos será um dos destaques da COP29, prevista para novembro em Baku, no Azerbaijão.

Em 2009, os países ricos prometeram contribuir com US\$ 100 bilhões por ano para ajudar os mais pobres a executar projetos para reduzir suas emissões de carbono na atmosfera. Tal ajuda deveria ter sido concedida entre 2020 e 2025. Passados mais de três anos do prazo inicial, a promessa ainda não foi cumprida. De acordo

com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a transferência de US\$ 100 bilhões só foi confirmada em 2022.

Mas, mesmo que a promessa tenha sido cumprida em 2022 e no ano passado, os US\$ 100 bilhões anuais são insuficientes para zerar as emissões dos países pobres. Deve ser apenas um primeiro passo. Corrêa do Lago entende que a solução para o problema do clima só acontecerá se fizer parte dos objetivos de todos os investimentos de empresas e Estados. A questão deve ser considerada na formulação de todos os projetos de investimento, em qualquer área da economia.

As estimativas de custo são da ordem de trilhões de dólares. Pelos cálculos da Agência Internacional de Energia (AIE), apenas para a produção de energia limpa é preciso aumentar os investimentos de US\$ 1,8 trilhão para US\$ 4,5 trilhões a cada ano. Se, como defende Corrêa do Lago, todos os investimentos levarem em consideração a necessidade de corte nas emissões, pode-se chegar a algo entre US\$ 9 trilhões e US\$ 10 trilhões anuais.

Outra discussão importante e difícil de travar é a origem desses recursos. A proposta que reúne mais adeptos, por ser a mais óbvia e racional, é taxar as fontes de emissão de carbono, entre as quais se destacam as empresas de petróleo e similares. Elas próprias têm projetos para a transição energética e continuarão a produzir petróleo, porque existirá demanda por ele durante muito tempo. Mas não será politicamente fácil taxar as fontes de emissão, embora o comunicado final da COP28, realizada em Dubai, tenha pela primeira vez mencionado explicitamente a transição para além dos combustíveis fósseis.

O Brasil criou no G20 uma força-tarefa para a Mobilização Global contra a Mudança do Clima. Um de seus objetivos é facilitar o financiamento privado aos planos de transição ecológica. Corrêa do Lago expressa essa força-tarefa, com representantes dos ministérios da Fazenda, do Meio Ambiente e do Banco Central. Está mais do que na hora de tratar com prioridade a definição das estruturas de financiamento da transição para uma economia baseada em energia limpa.

## Artigos

opinioes.globo.com/opinioes/colunistas/globo.com.br

## MERVAL PEREIRA

Blog: merval.globo.com/merval-pereira  
coluna: o.globo.com.br



## Jogo combinado

O voto monocrático do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Cristiano Zanin, bloqueando a decisão do Congresso de desonerar a folha de pagamentos de empresas de 17 setores da economia, revela uma tabuleta entre Executivo e Judiciário que há muito vinha sendo cultivada pelo presidente Lula. O Legislativo aprovou a prorrogação com apoio da ampla maioria dos parlamentares, inclusive de boa parte da base aliada, mas o Executivo vetou. Veto que foi derrubado sem qualquer dificuldade, mas, mesmo assim, o Executivo voltou à carga, editando, em pleno recesso, uma medida provisória para reanear a folha, insistindo em afrontar a vontade dos legisladores.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, um dos apoiadores mais consistentes do governo, anotou que a medida provisória foi editada após a aprovação de temas importantes da agenda econômica proposta pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Alguns aspectos, fundamentais, só entrariam em vigor meses depois, o que parecia indicar a vontade de ganhar tempo para negociar com o Congresso.

Mas a Advocacia Geral da União (AGU) pegou de surpresa os parlamentares ao protocolar uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no STF no dia 24, às 14-03h, assinada pelo presidente Lula. No final da tarde, ela foi distribuída por prevenção ao ministro Zanin. No dia seguinte à tarde foi concedida a liminar, e um dia depois se iniciou o julgamento no plenário virtual. Pouco mais de 48 horas após o protocolo, e 24 horas depois de o relator receber a ação, já havia 4 votos acompanhando o relator: ministros Flávio Dino, Gilmar Mendes, Luís Roberto Barroso e Edson Fachin.

A rapidez da tramitação, a definição do relator, e os primeiros votos antes que o ministro Luiz Fux pedisse vista, paralisando a votação no plenário virtual, esse conjunto de fatos está dando a impressão aos senadores de que tudo estava combinado entre eles. A ação foi distribuída por prevenção com base na suposta existência de conexão com a ADI nº 7.587, ajuizada pelo partido Novo. No entanto, tais ADIs têm objetos distintos.

A própria AGU reconheceu nos autos da ADI nº 7.587 que a ação perdeu seu objeto em relação à reconexão. Para forçar uma prevenção, a AGU inseriu nesta nova ADI um pedido de declaração de constitucionalidade de instantes das disposições da MP que ainda estão em vigor. O correto seria a ação ter sido distribuída, por sorteio, entre os dez ministros da Corte, atendendo ao princípio do iusnatural. Só assim a sociedade teria certeza de que não foi “escolhido” um ministro para o julgamento do assunto.

Além disso, estudo dos impactos tributários durante a tramitação do projeto de lei que prorrogou a política de desoneração da folha de pagamentos dos diversos setores até 31/12/27 mostra que não há impacto financeiro na prorrogação. O impacto na arrecadação foi estimado em R\$ 9,4 bilhões, mas o efeito positivo da desoneração é de ordem de R\$ 10 bilhões, pelos mais de 600 mil empregos gerados em 2022 com arrecadação de tributos dos 17 setores desonerados. Portanto, não há fundamento para a declaração de inconstitucionalidade da desoneração.

O Congresso, através de seu presidente, Rodrigo Pacheco, entrou com um recurso no próprio Supremo, enquanto o julgamento está suspenso pelo pedido de vista do ministro Luiz Fux. Ainda há tempo de evitar nova crise institucional, para que a atitude do governo não se confirme como uma afronta política ao Parlamento.

## Sequestro de computadores exige políticas robustas de segurança digital

Menos de um mês depois de operação contra maior grupo especializado em 'ransomware', ele voltou a ameaçar

No início do ano, numa operação incomum, a polícia federal de 40 países — incluindo três das mais célebres corporações policiais do planeta o FBI americano, a Agência Nacional de Combate ao Crime do Reino Unido e a Europol da União Europeia — uniu esforços numa ação coordenada contra o Lockbit, considerado o maior grupo mundial especializado em sequestrar computadores para pedir resgate (modalidade de crime conhecida como ransomware). Acusado de ser responsável pelo ataque digital a mais de 1.700 organizações privadas ou públicas nos Estados Unidos, o Lockbit já obteve, segundo o FBI, US\$ 120 milhões em resgates, sem correr nenhum dos riscos associados a crimes como sequestros ou assalto a bancos.

Entre as vítimas dos ataques estão a americana Boeing — cujos dados sigilosos foram vazados depois da recusa em pagar o resgate

—, os Correios britânicos e até o Banco Comercial e Industrial da China (ICBC), numa invasão que perturbou os mercados financeiros e resultou no pagamento de um resgate de valor estimado em milhões de dólares. Em geral, o dinheiro é transferido em criptomoedas, de modo a não deixar rastros. Só depois as informações criptografadas e bloqueadas são liberadas aos computadores.

Protegido pelo anonimato, o Lockbit voltou, segundo relatos, a atacar menos de um mês depois da negociação policial. Em março, um de seus principais representantes, preso desde 2022 noutra operação, foi sentenciado a quatro anos de prisão e multa de US\$ 860 mil no Canadá. Outros grupos também continuam a ameaçar o mundo todo, e o Brasil não está a salvo.

Em 2022, uma pesquisa feita pela empresa de cibersegurança Sophos constatou que quase 70% das empresas brasileiras de médio porte haviam sido vítimas de ataques de ransomware. O Brasil foi o sexto país do mundo com mais ataques desse tipo. A maioria das vítimas (85%) confirmou ter sofrido perdas financeiras para voltar a operar. Quatro revelaram ter pagado resgate entre US\$ 1 milhão e US\$ 5 milhões. As empresas ainda arcam em média com mais US\$ 1,9 milhão pelo custo da inatividade.

Como brasileiros estão entre os que mais aceitam pagar resgate, o país é ainda mais visado. Por isso as empresas brasileiras precisam cuidar melhor da própria segurança digital. É essencial implantar uma cultura robusta de zelo por informações sigilosas ou sensíveis. Dispor de uma boa equipe técnica, cuidar da atualização dos sistemas, manter backups em dia e, sobretudo, treinar funcionários para que não cliquem em links ou anexo

suspeitos e adotem precauções ao usar a internet são as medidas mais óbvias. É também o mínimo a fazer. Qualquer descuido pode cobrar um preço altíssimo.

Ainda há tempo de evitar nova crise, para que a atitude do governo não se confirme como uma afronta ao Parlamento

## GRUPO GLOBO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
PRESIDENTE: Joo Roberto Moreira  
VICE-PRESIDENTES: Joo Roberto Moreira e Roberto Inno, Moreira

## O GLOBO

APRESENTADOR: Joo Roberto Moreira  
DIRETOR GERAL: Frederico Zupiani Kallit  
DIRETOR DE REDAÇÃO: EDUARDO REIS, MARCELO DE CARVALHO  
DIRETOR DE REDAÇÃO: LUIZ CARLOS DE CARVALHO  
DIRETOR DE REDAÇÃO: LUIZ CARLOS DE CARVALHO  
DIRETOR DE REDAÇÃO: LUIZ CARLOS DE CARVALHO

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO: <http://globo.com/pt-br/pt-br>

## DIRETORES

DESPORTOS: Thiago Punt  
DESPORTOS: Thiago Punt  
DESPORTOS: Thiago Punt  
DESPORTOS: Thiago Punt

SOCIEDADES  
DESPORTOS: Thiago Punt  
DESPORTOS: Thiago Punt

## ATENDIMENTO AO ASSINANTE

Atendimento ao assinante: 0800-028433 (serviço de atendimento)  
Atendimento ao assinante: 0800-028433 (serviço de atendimento)

VENDAS DE ANÚNCIOS  
DESPORTOS: Thiago Punt  
DESPORTOS: Thiago Punt

## ASSINATURAS

Assinaturas: 0800-028433 (serviço de atendimento)  
Assinaturas: 0800-028433 (serviço de atendimento)

PUBLICIDADE E MARKETING  
DESPORTOS: Thiago Punt  
DESPORTOS: Thiago Punt

## FALE COM O GLOBO

Fale conosco: 0800-028433 (serviço de atendimento)  
Fale conosco: 0800-028433 (serviço de atendimento)

ASSINATURAS: 0800-028433 (serviço de atendimento)  
ASSINATURAS: 0800-028433 (serviço de atendimento)

ASSINATURAS: 0800-028433 (serviço de atendimento)  
ASSINATURAS: 0800-028433 (serviço de atendimento)

ASSINATURAS: 0800-028433 (serviço de atendimento)  
ASSINATURAS: 0800-028433 (serviço de atendimento)

ASSINATURAS: 0800-028433 (serviço de atendimento)  
ASSINATURAS: 0800-028433 (serviço de atendimento)

ASSINATURAS: 0800-028433 (serviço de atendimento)  
ASSINATURAS: 0800-028433 (serviço de atendimento)

ASSINATURAS: 0800-028433 (serviço de atendimento)  
ASSINATURAS: 0800-028433 (serviço de atendimento)

ASSINATURAS: 0800-028433 (serviço de atendimento)  
ASSINATURAS: 0800-028433 (serviço de atendimento)

ASSINATURAS: 0800-028433 (serviço de atendimento)  
ASSINATURAS: 0800-028433 (serviço de atendimento)

ASSINATURAS: 0800-028433 (serviço de atendimento)  
ASSINATURAS: 0800-028433 (serviço de atendimento)

ASSINATURAS: 0800-028433 (serviço de atendimento)  
ASSINATURAS: 0800-028433 (serviço de atendimento)

ASSINATURAS: 0800-028433 (serviço de atendimento)  
ASSINATURAS: 0800-028433 (serviço de atendimento)

ASSINATURAS: 0800-028433 (serviço de atendimento)  
ASSINATURAS: 0800-028433 (serviço de atendimento)

ASSINATURAS: 0800-028433 (serviço de atendimento)  
ASSINATURAS: 0800-028433 (serviço de atendimento)

ASSINATURAS: 0800-028433 (serviço de atendimento)  
ASSINATURAS: 0800-028433 (serviço de atendimento)

ASSINATURAS: 0800-028433 (serviço de atendimento)  
ASSINATURAS: 0800-028433 (serviço de atendimento)

ASSINATURAS: 0800-028433 (serviço de atendimento)  
ASSINATURAS: 0800-028433 (serviço de atendimento)

ASSINATURAS: 0800-028433 (serviço de atendimento)  
ASSINATURAS: 0800-028433 (serviço de atendimento)

ASSINATURAS: 0800-028433 (serviço de atendimento)  
ASSINATURAS: 0800-028433 (serviço de atendimento)